

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Director-proprietario: CAETANO ALBERTO DA SILVA

XXXII Volume

Redacção e Administração
Travessa do Convento de Jesus, 4

30 de Setembro de 1909

Composto e impresso na Typ. do Annuario Commercial
Praça dos Restauradores, 27

N.º 1107

CHRONICA OCCIDENTAL

Abrem-se de novo amanhã as portas das escolas que têm estado em férias, e vamos presenciar por mais um anno o triste espectáculo de uma educação em que se finge atender ás mais minuciosas indicações pedagogicas, e se começa por pôr de parte o ensino do civismo e do amor patrio.

Em todos os tempos os povos têm tomado sobre si o alto dever de propugnar pelo engrandecimento e prosperidade de suas patrias; mas nem todos têm tido exacta comprehensão no cumprimento de tal dever, dada a ausencia ou insuficiência do seu ensino civico. O ensino civico baseia-se na mais nobre, na mais san moral, e um dos seus bellos intuitos é precisamente o aperfeiçoamento do caracter e do coração na formação de cidadãos uteis á patria.

Os que prestam a assumptos da magnitude d'este a attenção que elles pedem e merecem, querem mais: querem que o ensino civico comece no lar, e se desenvolva e complete na escola.

O lar domestico é a primeira e a mais importante escola de caracter. E' ali que se recebe a melhor ou a peor educação moral; é ali que se dão e se recebem os principios de conducta para a vida, e que terão de ir com ella até o seu fim.

Quando no lar domestico se fala de patriotismo e se sabe o que isso é — como acontece em países que não são Portugal — os paes aproveitam todas as oportunidades para incuti-lo nos filhos, ao mesmo tempo que lhes ministram os preceitos da moral, e preocupam-se com o dar-lhes frequentes exemplos de respeito pela sociedade, pelas auctoridades, pelos poderes constituídos, fazendo na presença d'elles a apologia de todos os actos dignos, enaltecendo as virtudes d'aquelles que sabem cumprir seus deveres a bem dos interesses e dos creditos da patria, evitando cuidadosamente as discussões e simples conversações que possam desprestigiá-la no conceito dos que hão-de vir um dia a ser cidadãos tambem.

Com a idéa da patria se associa a idéa do passado, toda a sua historia, e são themas de infinita belleza para encantar as imaginações infantis, o respeito pela bandeira e o entusiasmo pelo hino nacional.

Depois dos paes é que vêm então os professores, que hão-de abrir á creança um mais vasto campo para o trabalho da formação do caracter.

Nas lições da historia patria de todos os povos ha um thesouro de civismo e um cabedal rico para a obra imperecível de bem formar e firmar o caracter nacional. O que convém é que o professor não dê essas lições como méras palavras embrechando idéas abstractas, pedidas ás paginas de compendios para serem decoradas e recitadas com indiferença: deve ter como primordial ponto de vista acordar nos discipulos o interesse maximo para cada facto que se prenda aos feitos heroicos, despertando-lhes uma curiosidade bem viva por todos os nobres sentimentos de civismo que impulsionaram os antepassados á pratica de grandes actos.

As datas memoraveis são outras tantas oportunidades de bem ministrar o ensino civico. Quando se comemora um feito d'armas vem a oportunidade de falar no exercito nacional (e na armada quando a ha). Nenhum ensejo melhor para mostrar ás creanças que sympathia respeitosa e quanta gratidão devemos áquelles a que tão honrosamente cabe a defeza nacional, tão devotadamente

e sempre a postos para implantar a ordem e manter o respeito devido á patria.

Com o estudo da geografia vem o pretexto para falar ao espirito curioso das tenras idades

da grandeza da terra em que nasceram, das suas bellezas naturaes, dos seus rios e florestas, das suas riquezas nos tres reinos, dos elementos que a tornam admiravel aos olhos das outras nações,

Centenario da Guerra Peninsular



O MARQUÊS DE LA ROMANA

FAC-SIMILE REDUZIDO DE UMA GRAVURA DE BARTOLOZZI FEITA EM 1811,
EXISTENTE NA BIBLIOTECA PUBLICA DE LISBOA

e então exprimir, bem frisar, o empenho que todos devemos pôr no trabalhar para que a sua grandeza moral sobrepuje a grandeza de ordem material.

A constituição dos poderes deveria ser sempre colocada na primeira esfera dos melhores elementos de ensino cívico, se a este ensino se atribuisse o verdadeiro alcance que elle pôde ter. Sem alto respeito e sem acatamento sincero pela lei não ha civismo. A grande força da Inglaterra, a superioridade do seu povo d'isto provém.

No estudo da constituição seria sobretudo proveitoso acentuar bem quaes os direitos, e sobretudo quaes os deveres que a cada cidadão competem; e esta seria a altura de começar a falar ás creanças do direito do voto, que implica um tão gran' e dever — o de votar — o de cada qual se manifestar na escolha dos cidadãos dignos de tomarem a direcção do governo e de representarem o povo.

E ainda no ensino cívico deveria figurar um ponto essencialissimo: o acolhimento devido ao estrangeiro — esforçando-se o professor por incutir no animo dos seus discipulos o sentimento de sympathia pelo estrangeiro amigo que nos dá provas da lealdade de suas intenções quando nos procura e de nós se aproxima, já como representante de outra nação que partilha dos nossos mesmos sentimentos por uma corrente de fraternal união, já como individuo que deseja identificar-se connosco nos mesmos empreendimentos e labutas, ligando seus interesses aos nossos interesses, contribuindo para o crescimento e progressos do paiz que é o nosso...

Não conheço outro paiz onde tanto se fale de patria como em Portugal, mas também não sei d'outro onde tão pouco caso se faça do que esta palavra quer dizer.

Nenhuma outra terra consegue ter para nós, nem mesmo aquellas onde tão singularmente nos aclimatamos, como é a America, o encanto que tem este fragmento de sólo onde vertemos a primeira lagrima sob este pedaço de céu d'onde bebemos a primeira luz. Parece, no dizer do poeta, que os seus mesmos atomos se distendem por nossos ossos, que a sua mesma seiva circula por nossas veias, que o seu mesmo calor sustenta a nossa vida; parece que de suas entranhas irrompe a nossa existência, que no seu seio mergulha a raiz do nosso ser.

A patria não é porém sómente o torrão natal, a estância amada onde fomos nados e creados; não é só a casa, e o povo, o jardim e a arvore, o campo e o monte, a veiga e o lago, o rio e o mar, «por onde nos deslisou a innocencia e onde se nos enfiou a infancia». A patria portugueza não é só o azul de todo este céu rutilante de estrelas e o matiz de todo este sólo inebriante de aromas; não é só o agregado dos nossos municipios e a constelação das nossas cidades, a pleiada das nossas provincias e o colar das nossas colonias: a patria portugueza é esta entidade concreta, esta collectividade que tem o nome de nação, engendrada pela mecânica historica e pela quimica social, ostentando através do espaço e do tempo o mesmo aspecto e o mesmo espirito.

Está dito e redito ser mais facil extinguir-se no planeta o calor central e acabar no céu a rotação dos astros, que no peito portuguez o amor da patria. Falem a portuguezes na possibilidade de perderem a sua independencia nacional, e ahí vereis como a corrente magnetica do patriotismo sacode todos os cerebros, revela todos os animos, viriliza todas as tibiezas. E ahí vereis como os peitos se fazem couraças, os braços alavancas, os dentes punhaes, as unhas roçadoras, os corpos baluartes e até os cadaveres trincheiras!

A historia da patria portugueza é cheia de reis como D. João I, magnates como Nun'Alvares, sacerdotes como o arcebispo Lourenço, letrados como Pinto Ribeiro, plebeias como Brites de Almeida, fidalgas como Filipa de Vilhena.

A influencia da patria repassa o portuguez até ao fundo da vida; e desde o ar que elle respira até á compleição que possui, desde os filamentos do corpo até ás potencias da alma, tudo o vincula entranhadamente á patria.

Iste é assim, porque é assim, e ninguém ponde ainda, sem injuria, afirmar o contrario.

Mas, por sua enormissima desgraça, o portuguez é patriota sem saber que o é. E' patriota: não é, porém, o patriota ás direitas, o patriota como elle deve ser, e como todos os outros tratam de o ser, hoje mais do que nunca.

Ha patriotismo e patriotismo: o que é innato no individuo e o que o individuo aprende. Ora o portuguez é só o patriota innato; ninguém pensou ainda a sério em o ensinar a ser o patriota consciente.

JOÃO PRUDÊNCIO.

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

O Marquez de La Romana

D. Pedro Caro e Sureda, marquez de la Romana, foi um dos generaes hespanhoes que durante a guerra Peninsular melhores serviços prestou á Hespanha pelo seu infatigavel patriotismo, e pelo golpe de vista mais largo e isempto de preconceitos com que soube julgar o estado do seu paiz e o do exercito hespanhol em frente das agueridas hostes de Napoleão.

Tendo encetado a sua carreira na marinha passou para o exercito de terra, serviu na Byscaia, e, depois de nomeado general de divisão, foi enviado a commandar o exercito da Catalunha. Por favor de Godoy foi-lhe entregue o commando da divisão hespanhola mandada servir a França por exigencia de Napoleão, que a enviou para a defeza dos portos do norte no bloqueio continental.

O valor de La Romana pôde apreciar-se pela forma habil e audaciosa com que nomeado commandante da Fionia na Jutlandia conseguiu, entre outras relações com o commandante do cruzeiro inglez, apoderar-se de transportes, inutilizar a artillaria dos portos d'embarque, e, sob a protecção dos navios inglezes, regressar a Hespanha com uns 7 a 8.000 homens que conseguiram reunir selhe na evasão.

La Romana foi um dos que mais animaram a insurreição popular hespanhola, comprehendendo que a campanha de guerrilhas era mais efficaz para a defeza do paiz do que só por si o então mal organizado exercito hespanhol.

La Romana cooperou connosco na defeza comum e achava-se com uma divisão de 8.000 hespanhoes nas linhas de Torres Vedras.

A sua morte prematura em 1811, não o deixou assistir ao triumpho da independencia peninsular.

RIBETRO ARTHUR.

Representação do Marquez de La Romana

à Suprema Junta Central de Hespanha

Senhor: — Convencido V. M. de que o actual governo não serve para o bem da nação, resolveu alteral-o: e sobre a nova forma que se deve adoptar, já ouviu varios individuos d'esta suprema junta, que declararam seu parecer no dia 19 de setembro proximo passado, e desejando V. M. acertar em assumpto de tanta importancia, foi servido nomear outra nova commissão, de que sou membro, para que o examine, e declare a minha opinião.

Para expôr o que entendo em assumpto tão grave, concentrei minha attenção e curtos conhecimentos, deixando todo o respeito e consideração que poderiam desviar-me dos verdadeiros interesses da patria.

Tres causas ou motivos, (poderosos no meu conceito) obrigam a mudar o systema de um governo: 1.º quando a nação, que ha-de obedecer-lhe, duvida da sua legitimidade; 2.º quando decae a sua auctoridade; 3.º quando se reputa prejudicial e contrario á sua constituição. Farei algumas observações, antes de manifestar a minha opinião, para demonstrar que no actual Governo concorrem, por desgraça, as tres causas ou motivos indicados.

As duvidas que existem sobre a legitimidade, fundam-se nos principios que vou expôr, e talvez em outros, á que não chegam as minhas curtas luzes.

A Constituição da Nação Hespanhola e Monarquica: não perdeu esta natureza pela ausencia do suspirado Soberano; e a impossibilidade em que se acha de exercer a suprema auctoridade, não justifica Representação, ou Governo, que não condiga com o que se jurou, e reconheceu para o proprio monarcha.

Sendo como indubitavelmente é, monarchico este Governo, não pôde ser representado por outro de diversas naturezas, sem se alterar a Constituição: e uma junta composta de mais de 30 Vo-gaes, com o caracter de Soberanos das suas respectivas Provincias, não representa o nosso amado Rei, o Senhor D. Fernando 7.º, mas figura um Povo Soberano.

Esta representação Democratica não só é a mais Anti-Constitucional do Reino, mas também a mais opposta á heroica lealdade do Povo Hespanhol, que nunca pretendeu mandar como Soberano, apezar da oppressão e ausencia do seu legitimo monarcha.

Se reconheceu as juntas das Provincias, e ultimamente a V. M. como imagem do seu Rei, longe

de o ter despojado dos supremos attributos, na sua gloriosa resolução, não quis então, nem depois, sujeitar-se a outra voz, ou vontade, que não fosse á do seu desgraçado Principe. A Proclamação e juramento que fiz com tão heroica ousadia entre as atrevidas bayonetas do Tyranno Napoleão, são acções que implicão com a assistencia de qualquer Poder Supremo, que não seja o do Senhor D. Fernando 7.º, ou de Constituição, ou Governo, que não seja o verdadeiro monarchico.

Os que se julgam reivindicados pela nação a Soberania, radicadas nos descendentes de D. Pelayo, não tem presente a Lei da Partida que prohiba ao Rei e á Nação — alienar, ou partir o Senhorio do seu Reino —, o qual juraram ambos cumprir, sob pena de ser castigado como traidor o vassallo que consentisse na menor desmembração da corôa. Sendo um dos deveres imprescritiveis da nação Hespanhola o que tem feito, e está fazendo na presente revolução, jámais pretendeu a Soberania a sua encendida fidelidade: jámais reconheceu outro além do seu idolatrado Fernando: nem jámais se apartou da Constituição, e das Leis Nacionais.

Se o Povo exigiu Juntas nas respectivas Provincias, não foi para serem soberanos, mas para que o regessem nas circunstancias, em que as Auctoridades legitimas, ou estavam interceptadas, ou lhe não mereciam confiança, e para que o conduzissem ao fim de uma empreza, que só pôde executar-se pela honra e lealdade Hespanhola.

As Juntas das Provincias, cujo poder se acha reconcentrado em V. M., como só foram erigidas para manter o senhorio da terra e salvar o Rei, que em obsequio de seus amados vassallos, e para os livrar das atrozidades das desgraças, se sujeitou ás que soffre, não podia receber da nação uma Soberania, que sómente se reconhecia no Senhor D. Fernando 7.º: e durante a sua ausencia só pôde exercer-se debaixo da forma de monarchia, e como inteira sujeição ás Leis Constitucionaes do Reino.

Não se tendo pois apartado um só momento o honrado e heroico povo Hespanhol da submissão ao Principe, nem da Constituição do Reino, deduz-se com evidencia, que jámais aquelle foi Soberano, nem pertendeu se-lo: que não podia transmitir o poder a que obedece, e respeita em seu Rei: e que nem as Juntas das Provincias, nem V. M. a possuem para reger a Nação com uma forma de Governo, que em lugar de representar Fernando 7.º, não só desfigura totalmente a sua imagem, mas até manda a Constituição da Monarquia.

Não são estas as unicas razões, que inclinão os espiritos a duvidar da legitimidade do Governo actual. A usurpação do Throno, e a perfidia usada pelo Tyranno para as privar do nosso legitimo Rei, não era facil de se prever, e de se acautelar literalmente pela Lei; porém, a que prescreve a forma do Governo, que deve estabelecer-se durante a memoria do Rei, ou no caso de incapacidade moral, deve ser obedecida: e se n'ella se comprehende o caso em que se acha a Monarquia Hespanhola, segue-se que todo o Governo, não conforme com as suas sabias disposições, precisamente ha-de produzir duvidas justas sobre a sua legitimidade.

A menoridade do Rei, ou a sua incapacidade moral, são os casos designados pela Lei, e nestes estabelece a maneira de supprir a representação Soberana. Que razão ha para julgar que a Monarquia se deve reger só de um modo, quando o Rei perde o juizo ou é menor, e de outro quando se acha encarcerado dentro ou fóra do Reino? Ainda que as causas da impossibilidade sejam diferentes, como os effectos são os mesmos, não ha razão para julgar que se não deve applicar o remedio, que unicamente a Lei indicou. Tratou esta de curar a demencia do Rei, e de lhe anticipar o juizo, ou de supprir a representação Soberana? Poi se unicamente foi este ultimo o objecto da sua promulgação, deixará de estar comprehendido na regra da Lei o estado em que se acha o nosso amado Soberano, e a Nação? Os dois casos, expressamente designados, são os unicos que se deviam assignar, e que, por vulgares, se tomarão não só por motivos do que se estabelecia, mas para servirem de exemplo nas decisões.

Quantas vezes medito sobre este assumpto, tantas duvido da legitimidade do actual Governo; muitos doutos da nação duvidam como eu, e presentemente é muito geral esta opinião nas diferentes provincias por onde passei, dirigindo-me a esta cidade.

Entre os serviços que tenho procurado fazer ao rei e á patria, não dou o ultimo logar ao empenho com que sustentei a auctoridade de V. M. com as minhas providencias e exemplo, sujeitando-me cegamente aos seus preceitos, e obrigando a que fizessem o mesmo as Juntas Superiores, as aucto-

ridades das províncias de Leão, Asturias e Galiza, e o exercito glorioso de que ha pouco me separei: em cujo procedimento fui efficacissimo, porque o considerei necessario para livrar a nação da horrorosa anarchia de que ainda está ameaçada, e na qual por nossa desgraça a consideram muitos.

Bem conheço que um governo ainda que illegitimo, pôde fazer a felicidade publica, se os que devem obedecer, respeitam a sua auctoridade, e se pela justiça dos procedimentos merece a opinião e a confiança dos povos. Porém se a auctoridade se enfraquece, e a opinião e confiança diminuem, em nenhuma situação caminham as nações mais rapidamente para toda a especie de desordem.

Mostrarei a V. M. que tem decalho a auctoridade do governo actual (segundo motivo, porque se deve variar), e as causas d'esta decadencia.

Quando a Suprema Junta se investiu, imprimiram-se e circularam varios papeis, que indicavam a illegitimidade d'este governo; porém, alguns dignos hespanhoes, que desejavam somente a felicidade da patria, e expulsar do seu territorio nossos nossos peridos inimigos, refutaram aquelles escriptos, conhecendo que as criticas circumstancias em que nos achavamos, exigitam de um ou outro modo a concentração do poder, para se conseguir o glorioso e principal objecto. Estes debates agitavam muitos espiritos, mas applacou-se a inquietação com o manifesto de 26 de outubro do anno proximo passado, que se publicou por ordem da Suprema Junta a 10 de novembro. Concebeu a nação mui lisongeiros esperanças, porque o governo prometia sustentar em armas 500 homens de infantaria e 508000 de cavallaria; dar exacta conta dos fundos que administrasse; fazer as saudaveis reformas do que tanto precisam os ramos do governo e administração; e por ultimo dedicar-se com o maior desvelo ao trabalho de uma constituição que fizesse a felicidade da monarchia, conforme a expressa vontade do nosso bom e desgraçado rei o Senhor D. Fernando 7.^o. O povo que geralmente avalia o acerto das providencias pelos seus resultados, censura com extrema liberdade as medidas adoptadas pela Junta Suprema para salvar a patria. Consta-me, e quasi ninguém o ignora, que uma grande parte da nação diz, em suas queixas, que são escasas as forças dos nossos exercitos, por falta de energia nas disposições do governo actual: que se não tem cuidado nos meios de subsistencia e nos outros soccorros, que não podem dispensar os benemeritos defensores da patria: que se não fez o manifesto prometido pela Junta Suprema sobre o consumo das avultadas quantias, que teem vindo da America, das que teem dado os nossos generosos aliados, das rendas da corôa e dos donativos, com que tanto se tem acreditado o heroico patriotismo hespanhol: que em lugar de reformas economicas se augmentam as despesas do erario com soldos indevidos: que se não conferem os empregos a homens de verdadeiro merito, e amantes da patria: que alguns deste corpo respeitavel, em lugar de manifestarem desejos do bem com generoso desapego da auctoridade que exercem, cuidam em se conservar para seu proveito: que outros com pouca reflexão satisfazem as proprias paixões procurando dar empregos lucrativos, e destinos honrosos aos seus apaniguados, ou compatriotas: que só por este motivo se teem dado alguns cargos ecclesiasticos, cujas vendas se deviam applicar ás necessidades do Estado: que não ha na Junta Suprema a unidade de que tanto precisamos, pois muitos procuram que somente se auxilium e favoreçam as provincias que representam, como se fossem membros de algum corpo diverso da monarchia hespanhola: que não só se teem confirmado os postos militares e outras graças concedidas pelas Juntas Superiores, sem examinar a capacidade, merito e fidelidade dos sujeitos em quem recairam, com desgosto geral do exercito, e das outras classes do Estado, mas até a muitos ineptos, por falta de conhecimentos militares, por se não terem achado em campanhas nem corresponderem com o desempenho das obrigações que o povo lhe confiou, se lhe determinaram soldos que não gosavam; sem se reparar que era já uma recompensa superior ao seu merito (ainda nos que tinham algum) a conservação dos postos, e das distincções que lhes correspondem: que esta Suprema Junta, dividida em secções, despacha negocios, estranhos á profissão e conhecimento dos membros que as compõem, e priva assim os ministros das faculdades que sempre lhe competiram e que devem ter para o acerto das resoluções: que muitos cavallos, arrancados a seus donos, não vão para os exercitos, e ficam nos campos aridos das marinhãs, debilitando se, e acabando de fome: e por ultimo que os importantes ramos de justiça,

e administração estão nas mãos de muitos, já suspeitos pela conducta que tiveram desde o principio das nossas desgraças, e por serem creaturas do infame privado, que foi o auctor de todas: Taes são as vozes espalhadas geralmente pelo povo, e cujas idéas, que difficilmente se desarraigam, hão-de produzir infallivelmente a decadencia da auctoridade do actual governo. D'este lastimoso estado resta só um passo para a desobediencia: uma desgraça basta para o dar, e tem que esta não tar, se não se adoptarem medidas efficazes e proprias para livrar a patria do perigo que a ameaça. Os inimigos, e os mal intencionados se aproveitarão do primeiro contratempo, e então a horivel anarchia, ou a escravidão serão os resultados de um governo, que chegou ao extremo de perder a auctoridade.

Ainda por outra razão a Junta não pôde ter esta mesma auctoridade tão extensa, como julga: umas provincias teem reclamado os seus representantes, por se ter acabado o tempo dos seus poderes; e outras, segundo entendem, não lh'os conferirão para exercerem a auctoridade soberana, mas para constituirem um governo, que supprisse a representação do nosso amado monarcha. Logo as provincias, que estiveram em qualquer dos dois casos, não podem reconhecer a auctoridade soberana de um corpo, em que já não representam os seus delegados, ou que exercita poderes, que o povo lhe não concedeu, e em seu nome a Junta que os nomeou.

Todos conhecemos que é indispensavel a unidade de poder, e quantos males produz a divisão dos Estados. O imperio não admite companheiros, nem a magestade se pôde dividir, como diz o immortal Saavedra na *Empeza 70*. Este douto politico estabelece com sabedoria, e repetidos exemplos, que é preciso, e util que um reino seja governado, enquanto o rei é pupilo, na conformidade da lei que fica citada.

Bastava que estivesse decretada, como está, a reforma do actual governo para não ser preciso tratar dos prejuizos, que formam o terceiro ponto da minha proposição. Porém o plano de que se fôrma novamente, mostra que a Junta Suprema não está tão convencida como eu da necessidade de desterrar até a memoria de um governo notoriamente pernicioso.

Esta verdade, de que ninguém duvida, tem custado infinito sangue: por ella se derramou em França, e se está derramando sem cessar: e em Hespanha se derrama o nosso por se haver depositado o poder soberano n'uma multidão de homens, que introduziram a mais terrivel anarchia, para estabelecerem sobre as suas ruinas o fatal imperio da tyrania. Estes modernos successos me dispensam de referir as guerras civis que tem soffrido todas as nações, e a ruina, ou tyrania a que as conduziu um governo, como o actual de Hespanha, composto de muitos reis, que não deixam de ser subditos da mesma soberania que ostentam.

Tenho mostrado quaes são as justas queixas dos povos; e os graves males que verdadeiramente padecem, não remediados sem se mudar inteiramente o governo que os produz. Nenhum democratico soube ainda sustentar-se, durante as convulsões politicas, com prudente firmeza, e necessaria energia: antes sempre declinou para fereza sanguinaria, ou para a mais abjecta fraqueza, peccando assim em um e outro caso a patria, e os que a governam.

Ainda que vejo, com magua, a minha quasi n'este miseravel estado, e sei a necessidade

de que ha de se accelerarem providencias para salva-la, reputo inuteis os esforços do actual governo; e por isso farei n'esta occasião reflexões a favor do que julgo indispensavel e legitimo. Para este fim, depois de expôr a minha opinião sobre o novo governo, cujo exame me foi incumbido, proporei o unico que, no meu parecer, se deve estabelecer, e que livrará a Junta Suprema das terribes culpas que lhe podem ser imputadas pelo rei nosso senhor, e pela nação.

O novo plano do governo proposto reduz-se a formar uma Junta, composta de um presidente, e quatro vogaes, que o devem ser precisamente da Junta Suprema: a icar n'ella o poder executivo com diferentes limitações: estabelecer as regras de eleição e turno, para que todos os individuos do corpo participem do exercicio d'aquella regalia: extinguir todas as secções em que está dividido o governo universal: e ficar a Suprema Junta Central não somente soberana da nação, mas tambem da erigida para exercer o poder executivo, e destinada além d'isto, para presidir ás côrtes, e responder ás petições que estas lhe fizerem.

Não acho este novo governo diverso do presente na substancia; e por seus accidentes o considero mais illegitimo e pernicioso. Parece-me que não preciso demonstrar uma verdade, que se descobre com a maior reflexão: mas nenhuma ha que persuada que V. M. quer a conveniente reforma do governo, ou, para melhor dizer, a salvação da patria, á custa do justo e generoso abandono da auctoridade soberana, espalhada pela multidão dos representantes de um só monarcha.

Os males do actual governo proveem da divisão do poder supremo, e este fica precisamente dividido entre a Junta do executivo, e a Suprema Central, o que é contrario á lei.

Já que, por fortuna, nos temos livrado das agitações e males que affligiram a França com o governo democratico: já que não conhecemos mais que a heroica virtude da submissão na fidelissima e religiosa nação hespanhola: e já que em fim não podemos duvidar que não é legitimo, nem conveniente o actual governo, e que a sua conservação nos conduz para o mais horroroso captivo, ou para a absoluta ruina da patria, salvemo-la com um exemplo de generosidade, que admire o mundo, e que nos faça dignos da gratidão da Hespanha.

(Continúa.)



O coração das viúvas é como os predios que alugamos: mais aqui, mais ali encontram-se pequeninas cousas esquecidas pelo ultimo inquilino.



Os DRS JOSÉ CARLOS RODRIGUES E JOAQUIM MURTINHO, EM LISBOA

De passagem de Londres para o Rio de Janeiro estiveram em Lisboa, em 20 do corrente, no vapor «Araguaya», estes dois brasileiros illustres. O sr. dr. José Carlos Rodrigues é o proprietario e redactor do «Jornal do Comercio» do Rio de Janeiro, o primeiro jornal da grande republica, cuja fundação vem do tempo do imperio. O sr. dr. Joaquim Murtinho é o grande financeiro brasileiro que sendo ministro da fazenda no governo de Campos Salles restaurou as finanças do seu pais. O OCCIDENTE tem o prazer de aqui saudar os dois illustres brasileiros.

LAR DE ARTISTA ⁽¹⁾



A casa fica num alto, a frente dando para a planura d'um jardim viçoso, onde flores rescendem; os fundos cahindo a pique sobre uma rampa viva e longa, por onde a horta se estende e em que bosquetes de pinheiros, ruas de cedros, põem uma nota vigorosa de folhagem densa.

Nenhuma, neste suburbio lisboeta, a que tão bem quadra o nome de Venteira, quando, pelas tardes estivaes o vento cae violento e infatigavel, bufando com raiva, abanando arvores, açoitando campos — nenhuma, neste bairro, nem nos outros arredores que conheço da capital portugueza, tem mais carácter e mais linha do que ella.

Sólida sem ser pesada, elegante sem o arrebique pelintra dos chaletzitos copiados á Suissa, ou ás praias super-civilisadas de França, ella aproveita, em tudo quanto tem de pittoresco, o velho estylo portuguez, corrigindo o segundo as exigencias modernas da hygiene, evitando o que ha nelle de massudo e excessivo.

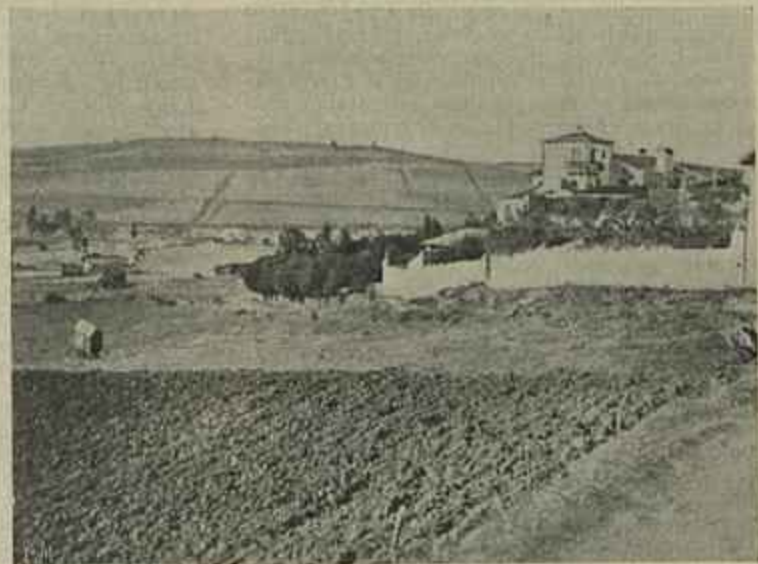
Branca, toda branca, aqui e além azulejos rebrilham, n'um friso, n'um painel, em ornatos sempre graciosos.

Das suas janellas o olhar farta-se de horizonte, sem fatigar-se, porque os aspectos são sempre variados.

Aqui, campos largos, agora rasos depois da tosquia da colheita. Além, uma eira á antiga onde bois passam e repassam, pizando o trigo, enquadrados na moldura d'ouro dos feixes ainda por debulhar e do montão da palha já batida bem em contraste com a eira moderna, pouco adiante, febril de actividade, com a debulhadora a vapor a ronronar, empennachada de fumo. Lá em baixo a estrada a correr avermelhada e larga, nua aqui, allí renqueada d'arvores, a estrada que leva a Cintra — que lá ao longe, mostra, entre duas cristas d'outeiros, o perfil do seu castello altivo — e antes passa por Queluz, de casario irregular e quieto, como a dormir embriagado pelo cheiro de seivas fortes que o vento deve trazer-lhe da sua passagem pelos massivos tuos d'arvoredo da tapada real. Perdido numa fralda de cerro, ou na planura d'um valle, um casal destaca, branco de cal, entre plantações verdejantes. A' volta num amplo circulo collinas correm, tendo ao alto, de espaço a espaço, como marcos colossaes, moinhos onde azas giram sem descontinuar, como lenços a dizerem um adeus incessante; collinas por onde rebanhos descem, com um arruio de guizos e campainhas, ao assobio estridulo do pastor mal encarado.

Tudo isso se vê das janellas da casa linda e serena, tudo isso e mais: bois que lavram uma terra tirando a lenta charrua; automoveis que correm nas estradas, trepidando, ao fonfon das buzinas, ao guinchar das sirenes; jumentos carregados que trotam duramente, fustigados pela saloia poisada ao alto da carga basta e mais o comboio a passar, célere e ruidoso, ganindo, bufando fumo negro; tudo isso e mais um céu azul, limpidamente azul, arqueando-se n'uma immensa curva voluptosa e branda, onde, pelas tardes, papagaios e estrellas cabeceiam como grandes cometas sem luz, de côres vivas e longas caudas colleantes...

Tudo isso vê a casa pousada n'um alto, branca como uma garça real e de



todos esses pontos a casa é vista, harmonisa e interessante, provocando fatalmente a quem a mire esta exclamação:

— «Alli deve morar alguém de gosto...»

E é realmente de gosto quem alli móra e para sabel-o com certeza, a leitores brasileiros e portuguezes, basta citar o nome do seu dono, tão conhecido é elle de quem em Portugal e no Brasil se preocupa um pouquinho que seja com coisas d'Arte.

O morador da casa branca é Roque Gameiro.

N'esta minha ditosissima viagem tive a ventura de transpôr o portão d'esse lar de Artista, não apenas para uma visita cerimoniosa de grande admirador do Mestre da aguarella, mas n'uma intimidade de amigo que proclamo como uma das grandes honras, e das completas satisfações que tenho tido fóra da minha terra.

E então, de aperceber dia a dia, nos seus aspectos todos, a vida d'essa casa, á admiração pelo Artista, á estima pelos Seus, juntou-se no meu sentir, um fundo e enternecido respeito pelo — como dizer? — pelo patriarcha que Gameiro soube fazer-se, no seu interior, patriarcha amavel e disciplinador, bondoso e provido d'uma tribu felicissima.

Vae longe o tempo em que o artista precisava ser irregular e irreverente, rebellado e quasi indomavel, entregue de todo a uma bohémia desordenada para poder produzir.



Vae longe esse tempo, mas em todo o artista de raça alguma coisa ficou da herança d'esses avós espirituaes e cada um dos grandes nomes de hoje tem, aqui ou além, n'isto ou n'aquillo uma fibra, uma costella, um tic, um nada dos bohémios de outr'ora.

Gameiro não foge ás leis da hereditariedade intellectual e a nota de originalidade do seu temperamento encontra-se no requintado prazer com que elle foge á etiqueta, ao bulicio, á agitação social, á civilização importada para torturado uso dos que seguem a moda.

O seu mundo está limitado pelas cêrcas da sua quinta. E' dentro d'ellas que a sua vida se concentra e decorre, strictamente e sem esforço submettida ás duas divisas que logo lê quem a visite, pois visivelmente as collocou sobre as paredes exteriores da sua casa.

A primeira, encimando a porta d'entrada preceitua: *Honra teus avós*. A segunda, sobre uma janella do atelier, afirma na austeridade da sua expressão latina que *Nem só de pão vive o homem*.

Para cumprir a primeira, para honrar os seus avós, cultuando a tradição — esta tão gloriosa e impressionante tradição portugueza — construiu elle esta casa, onde tudo é legitimamente, nobremente portuguez: estylo e ornatos, moveis e louças, objectos de utilidade e accessórios de enfeite, tudo, e principalmente os que n'ella vivem.



(1) Com a devida venia transcrevemos do nosso estimado colega *Mala da Europa*, este delicioso artigo do sr. Baptista Coelho, dedicado a Roque Gameiro, uma das maiores individualidades de artista do nosso tempo pela pujança do seu talento e primores de caracter.

Sim, porque Roque Gameiro bebeu no exemplo dos seus maiores a organização da sua família.

Temos então que no seu agir, no educar dos que hão de herdar o seu nome, e já pelo seu feitio se vão moldando, elle não seguiu todos os preceitos em voga na sociedade de hoje, preocupada de macaqueação, onde a família vive e evolue, muito mais para a opinião do visinho, para a galeria, do que para regalo seu, por intuição própria.

A tribo Gameiro ignora a galeria, e a opinião publica para ella é constituida pelo alto bom senso, pelo elevado criterio dos chefes da casa.

As crianças correm e cabriolam no jardim e no parque, cabeça ao vento, pés descalços, almas á flor dos labios. Livres, absolutamente livres de qualquer vigilancia, saltam e brincam, trepam ás arvores, sem uma ideia de maldade: respeitam os ninhos e as flores, acariciam os animaes, e são incapazes de esmagar um insecto ou de apanhar um fructo verde.

Os mais velhos trabalham. A's cinco da manhã, pela cancella do pomar, um bando são alegre e communicativo. São Gameiro, o seu morgado, as duas filhas mais velhas e a sobrinha que vão pintar. Descem a ladeira pedregosa, vadeam o correio, tomam a estrada de Cintra, transpõem os arcos do aqueducto e lá vão para Carenque, onde discipulos do aguarellista o aguardam, no Casal da Mestra, cuja sala elle alugou para deposito dos pertences de trabalho.

Naturalmente, singelamente, cada qual toma a sua prancha, onde papeis alvejam, — este ainda só com traços de desenho, aquelle já com manchas de tinta, — desce, procura o seu ponto, senta-se, accomoda-se, abre a caixa das cores, toma o pincel e continúa o labor que na vespera interrompera.

O Mestre faz como os discipulos e só á hora de recolher, deixa o seu banquinho para vir examinar a obra feita. Aqui louva, sem exagero; ali aconselha amigamente; com aquelle discute um modo de ver, sempre affavel, sempre a sorrir.

E' então a volta á casa. O sol, do alto, entorna jorros de luz que dão novo valor e brilho novo á paisagem.

A caravana, que regressa, attenta em tudo repara, tão familiar lhe é a natureza, tanto a interessam os aspectos que arvores e campos ganham com as variantes de tom dadas por um bater singular de luz, pelo baloiçar de frondas agitadas ao passar do vento, por um correr de nuvens do alto céu.

Agora, em casa, é o almoço, na longa mesa, a meio da sala por cujas paredes, ao alto, um frizo corre, em azulejos, onde ha inscriptos preceitos simples e úteis da sabedoria das nações todos referentes ao comer e á comida.



DR. JOAQUIM COSTA

PREMIADO NOS JOGOS FLORES DE SALAMANCA COM O PREMIO UNICO DE 500 PESETAS

Ahi, durante as refeições não reina o pesado silencio conventual a que a educação de outrora obrigava, durante as horas de mesa. Fala-se, palestra-se, ri-se, d'esse rir sonoro e ditoso dos sadios e dos fortes.

Segue-se o repouso consagrado á leitura, a algum arranjo caseiro, ou sómente a encher os pulmões de bom ar, á sombra da parreira basta e viçante que se alastra sob a janella da casa de jantar.

Depois, sem hora marcada, sem aviso, espontaneamente, descem todos ao atelier. As bancas e as carteiras povoam-se e cada qual toma a sua tarefa: esta illustra um livro, aquella copia um modelo curioso — saloio maltrapilho ou garoto interessante — encontrado na estrada e contractado para a pose em troca de um nickel, que o faz saltar de contente; outra desenha as flores que sorriem n'um vaso, perfumando a vasta sala, por onde a luz entra franca e cujas paredes estão peçadas de obras de Arte.

O silencio é apenas quebrado de quando em quando pelo raspar do lapis na lixa ou pelo gorgulhar da agua do caneco, onde o pincel mergulha e foi agitado, a distinguir.

Das arvores, lá em baixo, sôbe um chilrear de pardaes, em festa, e do campo, onde a charrua rasga o seio da terra fecunda, vem ás vezes uma toada monotona de cantiga com que um latagão tange os bois pachorrentos, marcando-lhes o lento compasso em que teem de andar.

Quem primeiro cança, primeiro se levanta e vem para o jardim onde os pequenitos com regadores minusculos andam a ajudar o chacareiro que dá de beber ás plantas sequiosas.

Logo é o jantar e depois um passeio pela estrada, sob a luz macia do poente, ou então a palestra, á volta do repucho, em cujo tanque peixes vermelhos nadam preguiçosamente.

Quando a noite desce de todo e a lua entra a subir no horizonte, muito redonda, ou recortada em crescente, começa o recolher de quem tem de acordar com o sol, cedinho, para trabalhar, para provar que *Nem só de pão vive o homem*...

Não, nem só de pão, bem certo é, e bem alto o provam os da casa branca de Venteira.

O pão ali é o complemento indispensavel da vida, mas a razão d'ella, a razão forte e alta que a dignifica e ennobrece é o Amor — amor sereno e grande, terno e respeitoso de um por todos e de todos por um, amor de quem tem acima de tudo a religião da familia e do lar, amor de quem tem por divisa: *Honra teus avós*.

E como se o amor não bastasse para embellezar essas existências, entregam-se ellas todas a cultivar a belleza suprema — a Arte — e o atelier de Roque Gameiro é uma colmeia laboriosa, onde abelhas infatigáveis fabricam desvellingamente um mel — não para delicia do paladar, mas para gozo e enlevo dos olhos — o mel que são esses quadros encantadores onde symphonias de cores cantam gloriosamente as bellezas admiraveis da terra de Portugal.

Venteira — Agosto de 1909.



UM BELO TRECHO DE PAISAGEM NA ESTRADA DAS CALDAS DA RAINHA Á FOZ DO ARÊLHO

B. COELHO

Jogos Floraes Espanho-portuguêses em Salamanca

Sob a presidência da Infanta D. Isabel de Espanha tia de S. M. D. Afonso XIII, realisaram-se em Salamanca, nos meados deste mez, jogos floriaes, mantidos pelo senador sr. D. Lopes Muñoz, a que concorreram espanhoes e portuguezes.

Foram muitos os trabalhos apresentados e dentre esses o juri premiou os designados com as seguintes divisas:

1.ª Poesia de assunto e metro livres — Flôr natural com *porte bouquet*, oferta de Sua Magestade a Rainha de Espanha, e 750 pesetas ao trabalho com o lemma *Ad majorem gloriam meam*.

2.ª Poesia de caracter bucolico — 150 pesetas, 2.º premio — *Tacite laboremur*.

3.ª Soneto dedicado a uma figura historica portugueza, 150 pesetas, 3.º premio — ao trabalho com o lemma *Thaumaturgo*.

4.ª Poesia de caracter satirico, 150 pesetas, 4.º premio — *Deserto*.

5.ª Narracão litteraria sobre costumes portuguezes, 200 pesetas, 5.º premio — ao trabalho com o lemma *Ribatejano*.

6.ª Conto ou novela simples — (250 pesetas) — 6.º premio, ao trabalho com o lemma *Suum quique*.

7.ª Estudo sobre o estado actual da litteratura portugueza. (500 pesetas) divisa *Alma portugueza*.

8.ª Tradições Universitarias de Coimbra. (250 pesetas), lemma *Terra d'encantos*.

9.ª Bases para o intercambio intellectual entre Portugal e Espanha. (300 pesetas) — *Deserto*.

10.ª União aduaneira entre Portugal e Espanha, suas vantagens e desvantagens. — Donativo especial para este tema, do sr. conde de Lumbrales, de 500 pesetas, ao trabalho com o lemma *Socio de Deus e de Campoamor*.

Por proposta do juri portuguez se adjudica o premio 4.º, declarado deserto ao autor do trabalho sob a divisa *Pau e Syrinx*, poesia bucolica do 2.º tema.

Na impossibilidade de podermos apreciar hoje todas essas obras litterarias que mereceram as honrosas classificações do juri, referir nos émos áquelle de que podémos obter por obsequiosa cedencia do autor, um trecho, que abaixo publicamos, e que se intitula *Alma Portugueza* a qual resume um estudo sobre a nossa actual litteratura, feito pelo sr. dr. Joaquim Costa, a quem foi conferido o premio unico de 500 pesetas, acrescido com a circunstança de o ter sido por unanimidade de votos.

O sr. dr. Joaquim Costa, revelou neste trabalho um grande estudo da litteratura portugueza a que se dedica em horas, que a sua profissão de advogado, dos mais distintos do Porto, acaso, lhe deixam livres, repartindo-as ainda nas arduas tarefas do jornalismo, como redactor do *Primeiro de Janeiro*.

Esta circunstança reve'a tambem um forte espirito de lutador para, no meio das ingratas lides do jornalismo, se entregar a estudos litterarios de alto folgo e que são prenuncio do muito que ha a esperar de uma individualidade tão decididamente dedicada ás letras.

O triumpho agora alcançado não será mais que incentivo para novos e maiores cometimentos.

Agradecemos ao sr. dr. Joaquim Costa a distincção com que honrou o OCCIDENTE cedendo-lhe um trecho da *Alma Portugueza*, que em seguida publicamos.

Alma Portugueza

(TRECHO)

Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão foram verdadeiramente dois revolucionarios das letras. As *Farpas* são um documento extraordinario na historia da litteratura portugueza. Nellas não nos impressiona apenas a sua feição humoristica, porque temos de reconhecer nessa obra um alcance profundamente educativo. Os costumes, a arte, a pedagogia, a religião e a politica recebem nessas paginas o seu comentario hilaritante; mas não poucas vezes a ironia desaparece; o escritor depe'o o latego e da sua penna meiga escorre então tintas de sonho, fixando quadros soberbos da nossa vida provinciana. Frequentemente tambem, o pamphleto perde o seu verdadeiro caracter e converte-se no artigo doutrinario, na notação biographica ou psychologica, no apontamento *sentido* da

natureza observada, ou então, numa clara e serena exposição de ideias e de conhecimentos. A indole dos dois homens de letras é fundamentalmente diversa, o que não é para estranhar, desde que o temperamento actua como factor principal na elaboração da obra litteraria.

Antes da *Campanha alegre das Farpas*, iniciada por 1870, Eça de Queiroz affirmára já uma vocação singular de escritor; mas estava ainda um pouco distante da feição *realista*, que devia firmar definitivamente e para sempre a sua gloria. Então, o poderoso analista d'*O Primo Basile* e d'*O crime do padre Amaro* não tinha as preocupações de forma que, fazendo a sua tortura, lhe crearam o mais a to' logar na ala dos modernos artistas da palavra escrita. A sua prosa era exuberante, por vezes, cheia de nebulosidades, acusan-lo o predomínio de uma fantasia opulenta, que as leituras dos poetas e dos romancistas importados de França contribuíam para tornar de um sabor vagamente *romantico*, onde se notava insistentemente a preocupação do *fantastico*, Baudelaire e as suas *Flôres do mal*, Jules Michelet, com o seu extraordinario temperamento de visionario naturalista, revelado na sua obra estúpida; Henri Heine, nascido na Alemanha, mas na realidade um genio francez pelas tendencias do seu espirito; Gerard de Nerval, Musset, Théophile Gautier, e ainda Edgar Poe, foram em grande parte os orientadores da estetica bizarra mas intensa, evidenciada nos primeiros escritos do romancista. Quasi todos os escritos das *Prosas barbaças* foram compostos nesse periodo e assinalam realmente a preponderancia da imaginação sobre o espirito analitico, se é que a não affirmam quasi exclusivamente.

Depois, Eça de Queiroz, ao lado de Ramalho, o seu amigo e colaborador, iniciava esse romance sensacional, *O misterio da estrada de Cintura*, publicado primitivamente em folhetins, sob a forma de cartas, dirigidas ao *Diario de Noticias*, de Lisboa. Trata-se de um livro de mocidade, como ella desordenado, impetuoso, absurdo, inverosimil, com altos e baixos, mas evidenciando uma riqueza de fantasia e recursos de forma, que já a esse tempo eram evidentes na obra dos dois escritores.

Recordando esse periodo da sua mocidade irreverente e estouvada, e relanceando o olhar em torno para a obra dos novos, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão escreviam desalentadamente, quatorze annos depois, no prefacio daquelle romance: «A mocidade que nos succedeu, em vez de ser inventiva, audaz, revolucionaria, destruidora de idolos, parece-nos servil, imitadora, copista, curvada de mais diante dos mestres. Os novos escritores não avançam um pé que não pousem na péga que deixaram outros. Esta pusillimidade torna as obras tropeças, dá-lhe uma expressão estafada; e a nós, que partimos, a geração que chega faz nos o efeito de sahir velha do berço e de entrar na arte de muletas.»

JOAQUIM COSTA.



Recebemos e agradecemos:

O Hospital do Santo Antonio para creanças pobres. Um folheto de 28 paginas cujo sumario é o seguinte: *Regulamento interno* — *Relatorio da Direcção* — *Relatorio medico* — *Movimento hospitalar* — *Contas das gerências nos annos de 1906-1907* — *Lista dos socios*.

Tão modesto na sua apresentação quão modesta é a sympathica instituição a que se refere, este folheto revela uma grande caridade que bondosas senhoras e meninas praticam, sem alarde nem reclame, simplesmente pelo amor das creanças pobresinhas enfermas, sem conforto, sem alimento, sem tratamento, debatendo-se entre as garras da doença e da indigência, que desgraçadamente vejetam nesta grande cidade. Para acudir quanto possível a esta enorme desgraça é que essas senhoras fundaram ha uma boa dezena de annos o hospitalzinho para tratar aquellas creanças, e tem trabalhado com a maior dedicação para o manterem, com os pouquissimos recursos alcançados, de modo que nada falte ao tratamento dos doentinhos, que nelle são admitidos até aos 7 annos.

Este hospital, unico com este fim caridoso, é digno de todo o auxilio das almas bem formadas

e que lhe possam dispensar algumas migalhas do seu superfluo, pois curar dos pequeninos livrando-os das doenças e da morte é não só obra de caridade cristã, como ainda patriótica acudindo pelo povo que definha na miséria.

A leitura do relatorio revela ainda que a acção benfiteira das senhoras que se associaram para tão benemerita obra, estende-se tambem a promover e concorrer para que muitas creanças sejam batizadas, auxiliar casamentos de mulheres que vivem em mancebia, assim como recolher temporariamente muitas raparigas desauridas até serem collocadas convenientemente, salvando-as da desgraça.

No relatorio lê-se ainda um caso tocante, referido nestes termos:

«No rez-do-chão do nosso hospital cediamos por caridade um quarto, a um casal de velhinhos, muito unidos, muito amigos, muito boas pessoas. Nunca porém tinham os sagrados laços da igreja santificado esta união.

Os velhinhos já de uma avançadissima idade, iam definhando, estavam quasi entevados e só os muitos cuidados das nossas irmãs enfermeiras lhes iam aguentando a vida.

Depois de os consultar e quando foi pela ocasião da visita do Nosso Pai aos intevados, na freguezia da Lapa, mandámos pedir ao reverendo prior para que o nosso hospital fosse uma das casas visitadas. Sua reverendissima annuiu logo.

No dia marcado, os nossos dois velhinhos, cheios de fé e ingénua comoção, pediram que os transportassem até á capela, toda enfeitada de flôres para o acto solemne. Muito bem paramentados, sentados ao lado um do outro e de mãos dadas, ali esperáram. Olhavam de vez em quando com ternura um para o outro e em silencio apertavam as mãos.

Chegou o senhor prior e o seu sequito; em todos os olhos havia lagrimas.

O senhor prior confessou os velhinhos, absolveu-os; depois casou os e abençoou-os; e depois deu-lhes a extrema-unção e, deixou-os n'uma paz serena.

Podiram então que os tornassem a levar para o seu quarto, unidos agora mais do que nunca e felizes mais do que nunca, apertando sempre as mãos trémulas e trocando palavras afetuozas.

No dia seguinte de manhã, com differença de uma hora e meia, entregáram os dois a alma ao Senhor.»

Consola lêr esta singela descripção em que a caridade tanto bafejou o corpo como a alma, observando aquellas palavras do Divino Mestre: «Que não sómente de sae vive o homem, mas de toda a palavra que sae da boca de Deus.»

Subsidios para a Historia Economico-Financieira da India Portugueza. por João Baptista Amancio Gracias — Nova Gôa — Imprensa Nacional — 1909.

Volume de 323 paginas de texto e de 3 de introito, o autor distribue a materia por treze capitulos compactos e trata o seu assunto com perfeito conhecimento e bastante prova documental.

Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. — Quarta série, tomo xv, n.º 10 — Lisboa — Tip. da Casa da Moeda e Papel Selado — 1909.

Neste numero, que continúa com brilho as tradições honrosas dos anteriores, avulta, especialmente, o estudo completo — *Nondar* — por Gustavo de Matos Sequeira e — *Relatorio do movimento da Bibliotheca da Associação em 1908* — pelo conservador da mesma bibliotheca, o corretissimo e primorosamente educado visconde da Torre da Murta.

Esta benemerita associação, que conta no seu gremio distintas individualidades, consagradas na fama por obras autenticas e não por mero favor de amizade ou de cortesia, tem sabido honrar no tempo a memoria illustre do grande Possidonio que assim perdura e ha de perdurar nas paginas criteriosamente redigidas do seu instrutivo boletim.

Os bastidores do Nihilismo. por Max Pemberton, tradução do inglês de Eduardo de Noronha — Lisboa — Livraria Ferreira, Editora etc.

Um volume de 482 paginas em 8.º, com illustrações no texto e dividido em XXXV capitulos. O nome do autor e titulo bastam para garantir quanto é interessante este romance urdido no meio dessa misteriosa seita nihilista, revolucionaria, que toca a loucura, tudo querendo destruir sem nada edificar.

NECROLOGIA

Conselheiro Joaquim Germano de Sequeira

Uns após outros vão desaparecendo da nossa sociedade, pela imutável lei da morte, esses homens de caracter impecavel, que souberam ilustrar sua vida pela pratica do bem com a consciencia segura de ter cumprido seus deveres.

Em o numero destes homens entra o sr. conselheiro Joaquim Germano de Sequeira, que a parca ceifou, no dia 10 do corrente, aos 81 annos de idade.

Foi uma longa vida e certo, mas uma vida estremecida pela familia, pelos amigos, por todos que conheciam o venerando ancião e admiravam o seu grande caracter, ouviavam seu bom conselho e curvavam-se reverentes ante os seus salutarres exemplos.

Foi juiz e foi politico; atravessou estes dois temiveis escolhos da vida, em que tantos naufragam ou pelo menos fraguejam, elle, porém, atravessou-os incolume, austero e forte na consciencia, sem prejuizo da natural bondade de seu coração generoso, que completava os primores de seu caracter.

Juiz, soube aliar a integridade das leis com a equidade da justiça. Politico foi exemplo de civismo, e quando não pôde conciliar as exigencias da politica com a pureza dos seus ideaes civicos, abandonou-a e recolheu-se á paz da sua consciencia.

Eis o exemplo, hoje, infelizmente, tão raro, no meio do enorme deficit moral que avassala a sociedade de nossos dias.

Na propecta idade em que faleceu conservou todo o seu vigor intelectual e fisico, no desempenho de seu sacerdocio, trabalhando até que a doença o prostrou no leito da morte.

Foi um patriarca na familia, no reciproco amor e respeito que constituiu seu lar, de carinhos afetos, para sua esposa, para seus filhos, para quantos se acercavam e viam nelle o exemplo da bondade e da paz.

A sua biografia pormenorizada levar nos-ia longe, nos limites deste necrologio, por isso, resumiremos as principaes notas que podemos obter.

Joaquim Germano de Sequeira, nasceu em Vila Franca de Xira a 4 de setembro de 1827, filho de João Anselmo Sequeira e Figueiredo, de honrosa estirpe e de D. Ignacia Germana do Carmo da Fonseca.

Tendo cursado os primeiros estudos no collegio do padre Cicouro, em Lisboa, matriculou-se na Universidade de Coimbra, em 1844, e tomou parte com Casal Ribeiro e outros seus condiscipulos, no movimento revolucionario, que então agitou a Academia, até se alistar, em 1848, no batalhão academico, incorporado depois na divisão do conde das Antas.

Alcançando o bacharelato em direito, por 1850, veio para Lisboa seguir a advocacia, praticando no escritório do dr. Holtzman. De Lisboa passou a exercer a advocacia em Alemquer e Vila Franca de Xira, e deste concelho foi nomeado administrador por decreto de 7 de março de 1853. Transferido para Cascaes em agosto de 1854, e exonerado, a seu pedido, em maio de 1855, volta para Alemquer, continuando ali a exercer a advocacia e aceitando varios cargos de eleição como o de presidente do Real Monte-pio Agrario, provedor da Misericordia e vice-presidente do municipio.

Entrando na carreira judicial, foi, em 26 de dezembro de 1860, delegado para a ilha de Santa Maria, sendo transferido a seu pedido para Porto de Moz, no anno seguinte, e depois para Mafra, em 16 de abril de 1863 e ainda para Torres Vedras por decreto de 8 de junho de 1865.

Promovido a juiz em 1871, e colocado na comarca de Redondo por decreto de 31 de agosto, é transferido em 1874 para as Caldas da Rainha.

Promovido á 2.ª classe, em 23 de novembro de 1876, foi colocado em Alcobaça, e passando a juiz de 1.ª classe para o Funchal, é logo transferido para Silves e por fim para Castello Branco, onde se conserva até outubro de 1882, em que volta novamente para Torres Vedras.

Em principios de 1885 é transferido juiz para a 2.ª vara de Lisboa, e nesse anno eleito diretor do Montepio Oficial, em consideração aos serviços que prestou áquelle estabelecimento, conseguindo obter do governo um aumento de 20:000\$000 réis annuaes de subsidio.

Transferido para a 5.ª vara, em 1887, foi, em 1891, nomeado juiz da Relação dos Açores e depois transferido para a de Lisboa. Em 1895 é nomeado membro do conselho superior da magistratura ultramarina, nomeação que se repete em 1899 e 1902.



CONSELHEIRO JOAQUIM GERMANO DE SEQUEIRA

Por carta regia de 29 de setembro de 1900 foi agraciado com a gran-cruz e comenda de Nossa Senhora da Conceição, e em 1901 nomeado membro do tribunal de verificação de poderes.

Em abril de 1904, foi nomeado presidente do tribunal da Relação e, a 24 de abril de 1906, tomou posse do seu novo logar no Supremo Tribunal, depois de 53 annos de serviços na magistratura portugueza.

A sua vida de politico data de 1885, seguindo o partido de Fontes Pereira de Mello de quem foi amigo particular. Aceitando a candidatura pelo circulo de Mafra, que lhe foi oferecido por proprietarios e influentes daquella vila, venceu a eleição contra o candidato do governo, nos bons tempos em que ainda isso acontecia!

Reeleito em successivas legislaturas pelo mesmo circulo, representou sempre honradamente o seu mandato e entre os beneficios que promoveu para a terra que o elegera deverá mencionar-se um subsidio do governo para a conservação e reparos da monumental Basilica de Mafra.

A sua passagem pelo parlamento foi distinta e prestante. Eleito presidente da junta preparatoria da camara e do collegio eleitoral para a eleição de pares; suplente á presidencia da camara, e eleito, em 1892, par do reino pelo distrito do Faial, cargo de que não chegou a tomar posse

por ter sido dissolvida a parte electiva dessa camara.

Desde então retirou-se da vida activa da politica, que deixou sem mancha, como sem mancha foi toda a sua existencia.

Muito poderíamos ainda dizer do magistrado, que soube administrar a justiça com inteira retidão e equidade, em todas as comarcas onde exerceu seu difficil sacerdocio, de modo que em todos esses povos, que estiveram sob sua alçada, deixou grata memoria da sua passagem, e não poucos foram os julgados a que presidiu, como se vê das breves notas biographicas que resumimos.

E' por isso que o nome do sr. conselheiro Joaquim Germano de Sequeira, em toda a parte era respeitado e querido, e agora será lembrado com saudade, como o de um juriscunsulto que honrou o fóro portuguez onde aliaz se tem distinguido tantos homens eminentes por sua intelligencia e inconcusso caracter.

Ameaçado ha uns mezes por um ataque de apoplexia, resistiu quanto pôde o seu forte organismo, secundado pelos cuidados e carinhos de sua virtuosa esposa a sr.ª D. Adelaide Margarida Franco de Mattos Sequeira, e de seus filhos, sr. Rodolfo Augusto Sequeira, tenente coronel de cavalaria, sr.ª D. Belmira Graziella de Mattos Sequeira Sottomaior, esposa do sr. Agostinho Barbosa Sottomaior, juiz da 6.ª vara de Lisboa, e sr. Gustavo de Mattos Sequeira, 1.ª aspirante da alfandega de Lisboa e erudito escritor, investigador da nossa historia, que tem honrado com seus escritos as paginas desta revista.

A morte do sr. conselheiro Sequeira deixa ainda de luto a magistratura portugueza, sendo muito sentida, como o demonstrou o numero de acompanhamento que levou até á sepultura, apesar da expressa recomendação deixada pelo falecido, em seu testamento:

«Quero que o meu funeral seja feito pobremente, sem convites para pessoa alguma, e que o meu cadaver vá amortalhado na béca que me honrou na vida e que me mereceu o cuidado de deixar limpa.»

Suas Magestades El-Rei e Rainhas enviaram á viuva do illustre estinto seus telegramas de pesames, que vieram juntar-se ás inumeras condulencias que de todo o país foram enviadas á respeitavel familia.

Nós aqui reiteramos nossos sentimentos, muito especialmente aos nossos particulares amigos, srs. dr. Agostinho Barbosa Sottomaior e Gustavo de Mattos Sequeira.

C. A.



Industria portugueza

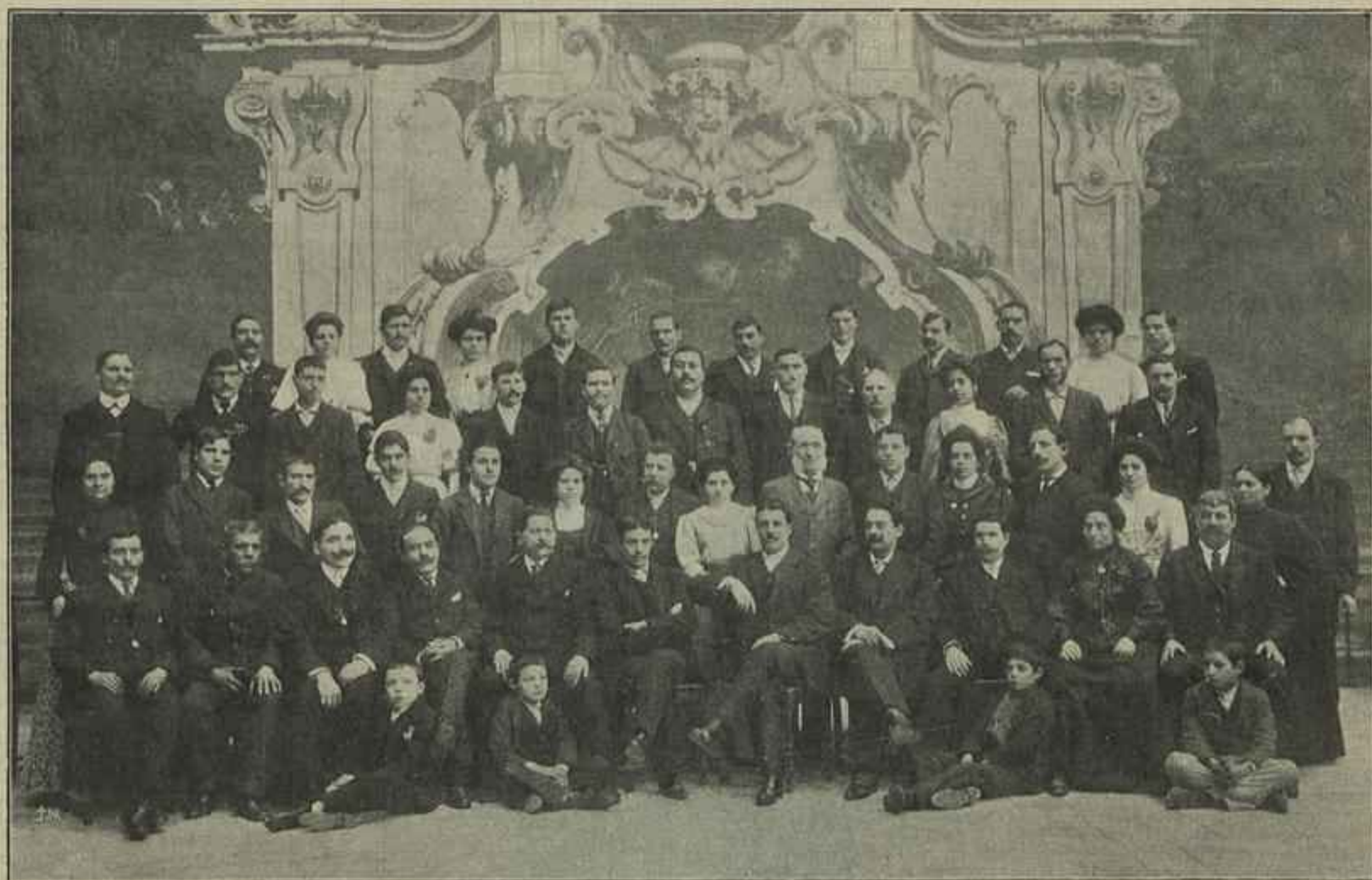
O chocolate Iniguez

Nenhum outro país como Portugal poderia ter mais florescente a industria do chocolate desde que tem a melhor materia prima — o cacau — na sua rica colonia de S. Thomé, cuja produção annual, subindo a milhares de toneladas, chega a todos os centros industriais da Europa.

Entretanto, em Portugal foi onde mais tarde se acordou para esta industria aperfeçoada, estando muitos annos consumindo chocolates e outros derivativos do cacau, de importação estrangeira, quer de Espanha e Alemanha, quer de França e Inglaterra, etc.

Graças, porém, á actividade e intelligencia de um industrial ha pouco falecido, Antonio Joaquim Iniguez, se deve hoje a existencia no país, da *Fabrica de Chocolate Iniguez*, que descrevemos em

INDUSTRIA PORTUGUESA



GRUPO DO PESSOAL OPERARIO E DE ESCRITORIO, COM O SR. MANUEL ANTONIO INIGUEZ PROPRIETARIO DA FABRICA DE CHOCOLATE INIGUEZ

tempo nesta revista (1), a primeira que apresentou seus produtos em vantajosa competencia com os similares estrangeiros e que continua progredindo sob a direção do filho daquelle industrial, sr. Manuel Antonio Iniguez.

Muitos são já os premios obtidos nas exposições nacionais e estrangeiras, bastando citar que teve *Grande Prix*, com cruz e medalha de ouro na

Exposição Internacional de Londres de 1903 e na Universal de San Louis de 1904.

Se a *Fabrica de Chocolate Iniguez* não atinge, porventura, as extraordinarias proporções da fabrica *Menier*, de Noisiel, onde o socialismo tem uma das suas expressões mais praticas, nem por isso deixa de constituir uma familia o seu pessoal operario, com vantagens e regalias, infelizmente pouco estatuidas ainda em nossos estabelecimentos industriais.

Só um verdadeiro industrial, como foi o funda-

dor da *Fabrica de Chocolate Iniguez*, e como é seu filho, o sr. Manuel Antonio Iniguez, tem conseguido melhorar a situação de seus operarios, á semilhança do que lá fora se pratica nas grandes fabricas e nas grandes industrias.

Com prazer apresentamos hoje a nossos leitores o grupo do pessoal operario da *Fabrica de Chocolate Iniguez*, em que o seu diretor se encontra no meio delles como o primeiro operario que realmente é desta florescente fabrica, que explora uma das industrias mais nativas de Portugal.

(1) Vide OCCIDENTE, n.º 956, de 1906.

Consultorio Dentario

Do Dr. Ferreira Pires

Diplomado em Philadelphia e Escola Medica de Lisboa

Extração dos dentes sem dor

Dentes artificiaes colocados sem placa

LISBOA — Rua Jardim do Regedor, 43, 1.º — LISBOA

E. Santos & Freire

LISBOA

Camisaria, gravataria, luvaria e perfumarias

Roupas brancas para homens, senhoras e crianças, cama e mesa

Executam-se enxovaes para casamentos, baptisados e collegiaes

24, PRAÇA DE D. PEDRO, 25

Secção especial de comissões, consignações e negócios commerciaes a cargo do socio Fernando Freire.

20, RUA DO PRINCEPE, 22

Deposito das afamadas rendas de Peniche



ÁGUA DE MESA DIGESTIVA Propriedade das Hortas ALCOCHETE

A agua mais barata que se encontra á venda — Garrações de 5 litros 120 réis

Segundo a opinião de muitos medicos da capital, consideram esta agua magnifica e de efficacia em regularisar as funcções do estomago e dos intestinos. Está oficialmente analysada.

DEPOSITO GERAL: Fructaria Internacional, de Antonio Ribeiro Cardoso 6, Rua do Loreto, 8 — LISBOA

CACAU, CAKULA E CHOCOLATE INIGUEZ

Vende-se em toda a parte

BOMBONS E NOUGAT DA FABRICA INIGUEZ

Kilo 1:500 réis

Os bombons da fabrica Iniguez levam a marca

Exigir pois esta marca

em todos os estabelecimentos



CHOCOLATE — CAKULA

Novo producto reconstituente e valioso alimento adaptado a todos os organismos, como se prova com a analyse de garantia

Pacote de 500 grammas, 600 réis